



XXXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DE
DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO EMPRESARIAL

004. CADERNO DE QUESTÕES

(QUESTÕES DISCURSIVAS)

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO



DIREITO CIVIL - QUESTÃO 01

Adolfo propôs ação de curatela com o propósito de ver declarada a incapacidade civil de sua mãe Esmeralda, com 70 anos de idade, apresentando como prova um laudo médico que atestava que a idosa teria diagnóstico de Mal de Alzheimer. Por ocasião da audiência, a idosa manifestou-se contra a medida, alegando que o propósito do filho seria o de impedi-la de casar com o seu novo namorado, Juliano, de 26 anos, e que, ainda que fosse o caso de ser reconhecida a sua incapacidade, gostaria que sua outra filha Aparecida fosse sua curadora. No curso do processo, apenas duas provas foram produzidas: uma perícia médica, que apesar de confirmar o diagnóstico, indicou que a anciã ainda possuía condições mentais para compreensão do valor do dinheiro; e um estudo social que registrou que a idosa residia com a sua filha Aparecida, mantinha um relacionamento amoroso com Juliano, um rapaz que trabalhava fazendo entregas no bairro, e não tinha convívio com o filho Adolfo, que residia em outro Município. Após regular instrução, os autos foram ao Ministério Público para parecer final.

À luz da princiologia sobre a matéria e do que dispõe a normativa sobre o tema, analise e fundamente, com base nos dispositivos legais aplicáveis:

- a) a pertinência da medida processual proposta para a proteção da pessoa idosa;
- b) a relevância da manifestação de vontade da pessoa idosa para o deslinde da questão submetida a exame;
- c) eventuais alternativas para a proteção dos interesses da pessoa idosa.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos).

DIREITO CIVIL - QUESTÃO 02

Verificada fraude na instalação de dispositivo em motor a diesel de veículo comercializado no Brasil, com o objetivo de disfarçar os verdadeiros índices de emissão de poluentes na atmosfera, o Instituto dos Amigos do Consumidor ajuizou ação civil pública, com os seguintes pedidos:

1-Condenação à prestação de informações claras, seguras e completas sobre todos os veículos em questão;

2-Indenização individual a cada consumidor, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por conta dos danos materiais causados pela instalação do dispositivo fraudulento;

3-Indenização individual a cada consumidor, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por conta dos danos morais sofridos pela instalação do dispositivo fraudulento;

4-Indenização da sociedade brasileira, a título de dano moral coletivo, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a ser revertido ao Fundo Nacional de Defesa do Consumidor.

Ocorre que, após o ajuizamento da ação, o Presidente da empresa montadora divulgou amplamente em toda a mídia um pedido de desculpas pelo ocorrido e pelos danos causados, disponibilizando-se ao pagamento de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ao Fundo Nacional de Defesa do Consumidor. Após o regular processamento e a instrução da demanda, o processo foi encaminhado para o Ministério Público, para oferecimento de parecer final.

Com base nos princípios que regem o Direito do Consumidor, analise os fundamentos da responsabilidade civil do fornecedor no caso concreto e eventuais repercussões sobre o valor da indenização em razão do pedido de desculpas.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - QUESTÃO 03

Em 12 de outubro de 2023 uma operadora de telefonia que atua em todo o território nacional decidiu implementar um modelo de cobrança sobre os novos contratos nos quais o consumidor, após atingir 100% do limite máximo de consumo de dados via internet, teria reduzida sua velocidade para 1 Mbps e, após atingir 150% desse consumo, teria suspenso seu serviço até o mês subsequente, independentemente do plano contratado. A 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Consumidor e do Contribuinte da Capital do Estado do Rio de Janeiro recebeu, em 10 de novembro de 2023, representação informando que tal prática estaria em desacordo com uma decisão cautelar proferida administrativamente pela ANATEL em 2016 proibindo as operadoras de telefonia de todo o país de impor, em contratos novos ou antigos, qualquer limite de consumo de dados em internet banda larga.

O Promotor então instaurou inquérito civil para verificar a procedência daquilo que foi alegado na representação, tendo requisitado informações à empresa já em 21 de novembro do mesmo ano sobre a prática alegada. Em sua resposta à notificação do Ministério Público, a operadora investigada alegou, dentre outras questões: i) que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro não teria atribuição para investigá-la, considerando haver litisconsórcio necessário com a ANATEL no caso; e ii) a falta de interesse processual do MPRJ para propor eventual ação coletiva diante da existência de ação coletiva proposta em Uberlândia-MG, em 06 de novembro de 2023, pedindo a proibição da conduta mencionada por alegada violação de direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, por associação de proteção aos consumidores sediada no estado de Minas Gerais, constituída em 15 de dezembro de 2022, com 50 associados.

Diante do exposto, responda fundamentadamente:

- a) Procede a alegação da operadora de que faltaria atribuição ao Ministério Público estadual? Em caso positivo, como deveria proceder o Promotor de Justiça?

- b) Seria adequado o declínio para a Promotoria de Justiça estadual de Uberlândia? Em caso positivo, como deveria proceder o Promotor de Justiça?
- c) Quais seriam os efeitos da coisa julgada obtida em uma ação coletiva proposta pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Consumidor e do Contribuinte da Capital do Estado do Rio de Janeiro, após a resposta da operadora investigada para proibição da conduta mencionada por alegada violação de direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor?
- d) Analise a legitimidade da associação civil mineira para a propositura de ação coletiva sob a ótica da representatividade adequada.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - QUESTÃO 04

O Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa contra agente público em razão da prática de ato que ensejou enriquecimento ilícito. Para instruir a inicial, foi utilizada prova pericial produzida em anterior procedimento com base no art. 381, III, CPC, do qual participou o agora réu, além de “sinais exteriores de riqueza” obtidos por meio de pesquisas em redes sociais. O réu impugna as provas constantes da inicial, afirmando que a perícia deve ser realizada novamente e que as pesquisas na internet violam o contraditório, além de requerer a produção de prova testemunhal. O juiz admite a perícia realizada, mas determina a realização de uma nova perícia, com adiantamento de honorários pelo autor, designando o mesmo perito da prova anterior, por constar no cadastro do respectivo tribunal. Quanto à pesquisa na internet, considera que os fatos expostos em redes sociais são fatos notórios e podem ser livremente acessados e considerados no processo. Por fim, indefere o requerimento de prova testemunhal sob o argumento de que os fatos relevantes do processo prescindem desse meio de prova.

Identifique e analise as questões processuais relevantes.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos).

DIREITO EMPRESARIAL - QUESTÃO 05

Determinada companhia está falida há mais de três anos, sem o término da liquidação do ativo e sem formação do quadro geral de credores definitivo. Um dos sócios pretende o encerramento da falência. Para tanto, peticiona no processo falimentar requerendo a extinção das obrigações do falido, juntamente com a devolução de todos os bens arrecadados. O processo é encaminhado ao Ministério Público para manifestação.

Analise o requerimento, indicando a posição a ser adotada fundamentadamente, dispensada a forma de parecer.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos).

DIREITO EMPRESARIAL - QUESTÃO 06

No curso do processo falimentar o administrador judicial elabora relatório demonstrando indícios de fraudes perpetradas por um dos sócios da falida, cujo resultado foi o desvio de bens da sociedade, pugnando sejam estendidos os efeitos da falência para o alcance do patrimônio do sócio fraudador, com o integral bloqueio de seus bens. Requer, ainda, seja o sócio responsabilizado pela integralidade do passivo a descoberto da massa falida. O processo é encaminhado ao Ministério Público para manifestação.

Analise o requerimento, indicando a posição a ser adotada fundamentadamente, dispensada a forma de parecer.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos).